



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



O GOVERNO E A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA NACIONAL

**DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL**

11

O Governo e
a Competitividade
da Indústria
Nacional

Série Diretrizes para um Novo Brasil, 11

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

O governo e a competitividade da indústria nacional (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

77p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 11).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.
Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

**O Governo e
a Competitividade
da Indústria
Nacional**

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

INTEGRAÇÃO BRASIL-EQUADOR.....	7
LANÇAMENTO DO PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	10
CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	14
ENTREVISTA AO JORNALISTA HIDEKI MICHINAGA, DO JORNAL <i>NIHON KEIZAI SHIMBUN</i> , EM 9 DE NOVEMBRO DE 1990	17
DISCURSO AOS EMPRESÁRIOS DA KEIDAREN — FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DO JAPÃO	24
ENTREVISTA AO JORNALISTA PAULO HENRIQUE AMORIM, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1990	36
LANÇAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE LOTEAMENTOS EM SAMAMBAIA, DF.	41
CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO GRÃO-MESTRE DA ORDEM DE MALTA.....	44

PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO	47
ENTREVISTA À JORNALISTA ANA PAULA PADRÃO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1990.	53
CELEBRAÇÕES DO 60º ANIVERSÁRIO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE LINDOLFO COLLOR	58
ENTREVISTA AO JORNALISTA ROBERTO GRAHAM, DO JORNAL <i>FINANCIAL TIMES</i> , EM 27 DE NOVEMBRO DE 1990.	62
REUNIÃO DE FOZ DO IGUAÇU	67
SOLENIIDADE DE DIPLOMAÇÃO DA TURMA DE 1990 DA ESCOLA DE COMANDO DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.	71
INAUGURAÇÃO DA AVENIDA DA AMIZADE, EM TABATINGA, AMAZONAS	74

Integração Brasil-Ecuador

Compartilho com Vossa Excelência nesta cerimônia de assinatura de atos o sentimento de que Ecuador e Brasil deram novo e significativo passo rumo ao enriquecimento de suas relações bilaterais, etapa alentadora no contexto mais amplo da integração latino-americana, projeto que ambos alimentamos com particular empenho.

Não tenho dúvidas, Senhor Presidente, de que a integração terá papel decisivo no processo de desenvolvimento dos países que governamos. Somente através da união de nossas forças produtivas e do franco intercâmbio de experiências poderemos traçar o caminho do progresso e da justiça social que tanto desejam nossos povos.

Nesse cenário, a cooperação bilateral representa campo promissor, onde Ecuador e Brasil saberão trabalhar juntos em benefício mútuo. Abre inúmeras perspectivas o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica há pouco firmado, sedimentando nossas relações em área tão profícua e conferindo-lhes maior densidade.

A cooperação entre Ecuador e Brasil também ganha renovado impulso com a celebração do Acordo para o Combate ao

Narcotráfico. Sob esse marco legal, nossos governos reiteram sua disposição de somar esforços em sua luta comum para livrar a sociedade do flagelo que representam consumo e o comércio de drogas.

«O Brasil descarta a possibilidade de promover quaisquer explosões nucleares, ainda que com fins pacíficos.»

Registro, ademais, com extrema satisfação, os entendimentos que alcançamos com vista à continuada participação das empresas brasileiras no projeto *Trasvase de Santa Elena*, cuja importância para o Equador me foi salientada por Vossa Excelência.

Presenciamos ainda a assinatura do Acordo Brasil-Ecuador na área de Cooperação Nuclear, documento que responde ao nosso desejo de obter benefícios desse campo do conhecimento humano, sem nenhum prejuízo à paz e à segurança coletiva.

Como disse recentemente na abertura da 45ª sessão ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil descarta a possibilidade de promover quaisquer explosões nucleares, ainda que com fins pacíficos. Tal posição não se pode, no entanto, confundir com renúncia ao acesso a tecnologias de ponta, instrumento fundamental para países como o Equador e o Brasil no seu propósito inarredável de alcançar o desenvolvimento econômico e a justiça social.

Senhor Presidente,

Nesta cerimônia de assinatura de atos, Equador e Brasil reafirmam sua capacidade de intensificar a cooperação bilateral e de contribuir de modo decisivo para o processo da integração latino-americana. Seguiremos trabalhando juntos em prol do desenvolvimento de nosso continente, certos de poder contar

com o apoio recíproco e a fraterna amizade que sempre uniram equatorianos e brasileiros.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de assinatura de atos de cooperação
bilateral entre o Brasil e o Equador, com o
Presidente Rodrigo Borja, em Brasília, DF,
no dia 7 de novembro de 1990.*

Lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

Estamos construindo um Brasil novo a partir de profundas transformações na definição das prioridades nacionais, sobretudo na área social, na gestão dos recursos públicos, no relacionamento do Governo com a sociedade e na condução da política econômica. É este o espírito com que está sendo implementada a política industrial e de comércio exterior, que propiciará a modernização da indústria nacional. É este o espírito com que estamos lançando hoje o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

As ações no campo do desenvolvimento industrial realizam uma estratégia fundamental: a reestruturação da indústria brasileira baseada na criação de um ambiente de maior competição no País.

A competição sadia é condição vital para uma economia de mercado contemporânea. Por isso, promovemos a liberação das importações e dos preços, avançamos com vigor os processos de desregulamentação e privatização, e agimos no nosso dia-a-dia, sem trêguas, para mudar o comportamento daqueles agentes econômicos que insistem em manter os seus privilégios, que apostam contra a estabilização e a verdadeira transformação nacional. O livre funcionamento das forças de mercado não é suficiente para que a indústria nacional se torne competitiva. É ne-

cessária a atuação do Governo promovendo e incentivando a busca da qualidade, da produtividade e da capacidade de inovação.

«Vamos provocar um choque de eficiência e qualidade em todo o ambiente econômico nacional.»

Esta atuação governamental é imprescindível. A revolução científica e tecnológica e a adoção dos novos métodos de gestão, em curso no mundo desenvolvido, eliminam definitivamente as vantagens comparativas do passado que estavam associadas a matérias-primas, energia e mão-de-obra baratas. O novo paradigma econômico internacional tem como referência a informação e o conhecimento, e não é por outro motivo que a cada dia é mais difícil o acesso às tecnologias de ponta.

Em 12 de setembro, lançamos o programa de apoio à capacitação tecnológica da indústria brasileira, cujo sentido essencial consiste em estimular a indispensável cooperação entre a indústria e o setor de ciência e tecnologia. O Governo está cumprindo a sua parte criando modernas linhas de financiamento, simplificando e dando transparência aos processos de averbação de contratos de transferência de tecnologia. Demonstramos, na prática, que tecnologia é prioridade nacional, ao incluir no Plano Plurianual enviado ao Congresso Nacional recursos adicionais para a Secretaria de Ciência e Tecnologia na ordem de 30%.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade que estamos anunciando exercerá, tenho certeza, papel decisivo na reestruturação competitiva da indústria nacional. Vamos provocar um choque de eficiência e qualidade em todo o ambiente econômico nacional.

É um programa concebido de acordo com o que há de mais atual no campo da qualidade e da produtividade. Prevê ações voltadas para a conscientização e motivação dos dirigentes em-

presariais, trabalhadores e consumidores. Promove o desenvolvimento dos recursos humanos. Moderniza a infra-estrutura tecnológica e aprimora a articulação institucional entre o Estado, a indústria e o setor de ciência e tecnologia.

O Programa foi concebido conjuntamente por técnicos do Governo Federal, de alguns governos estaduais e de mais de 50 entidades privadas que representam setores empresariais, consultores especializados, comunidade acadêmica e entidades de classe, como é o caso do Instituto de Engenharia de São Paulo, que já lidera um amplo movimento pró-productividade nacional.

«A revolução educacional no Brasil
é urgente, e nós vamos fazê-la.»

A operacionalização do Programa será conduzida prioritariamente pela iniciativa privada, que mobilizará sua experiência empreendedora e contribuirá com a maior parte dos recursos financeiros necessários. Trata-se de atitude inovadora e coerente com o novo papel do Estado, pois é de responsabilidade dos próprios agentes econômicos a condução do processo de reestruturação competitiva da indústria nacional. Caberá ao Governo o papel de catalisador, mobilizador e articulador.

O Comitê Nacional da Qualidade e Produtividade que hoje estamos instalando terá a responsabilidade sobre a estratégia geral do Programa. Neste primeiro momento, além dos representantes do Governo, participam três empresários com serviços prestados no campo do aperfeiçoamento tecnológico. O Comitê convocará a participação de outras áreas do Governo, e da representação dos trabalhadores e consumidores.

Os novos métodos de gestão induzem novas relações entre capital e trabalho. A participação dos trabalhadores nas discussões técnicas e no planejamento geral, bem como sua participação nos lucros das empresas, são fatores cruciais no trabalho de aprimoramento da qualidade e da produtividade.

A educação é fator fundamental para o sucesso dos programas de capacitação tecnológica, bem como de todas as reformas econômicas que estamos empreendendo. Acompanho e apóio pessoalmente as iniciativas que neste campo estão sendo conduzidas pelo Ministério da Educação. A revolução educacional no Brasil é urgente, e nós vamos fazê-la.

Quero que todos os órgãos da Administração Pública, e em particular as empresas estatais, se engajem ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, desenvolvendo ações e programas específicos. Espero que esse engajamento se estenda ao âmbito dos estados e municípios. Solicito aos senhores ministros e secretários que divulguem e implementem de imediato, em suas respectivas áreas de atuação, os conceitos e técnicas aplicáveis às mais diferentes atividades, e que hoje representam o consenso internacional sobre sistemas da qualidade.

Quando da apresentação das diretrizes gerais da política industrial e de comércio exterior, em 26 de junho passado, determinei que 1991 será o ano da qualidade e produtividade no âmbito do Governo Federal. No meu governo, todos os anos, todos os meses e todos os dias devem ter a qualidade e produtividade como meta prioritária. Mas já em 1991 vamos dar um salto definitivo, inaugurando um movimento irreversível na direção da modernidade.

Tenho o pensamento voltado para o futuro, absolutamente convicto que juntos estamos construindo, através de programas como o que agora lançamos, as fundações de uma economia moderna, que voltará a crescer de forma sustentada, com distribuição de renda e justiça social.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante o lançamento do Programa Brasileiro
de Qualidade e Produtividade, em Brasília, DF,
no dia 7 de novembro de 1990.*

Comemoração do Centenário do Tribunal de Contas da União

A juventude e a turbulência de nossa história emprestam significado único às comemorações do centenário do Tribunal de Contas da União, das quais, como cidadão e Presidente da República, tenho satisfação de participar nesta cerimônia.

A todos nós alenta reconhecer e exaltar que, não obstante tropeços em nosso processo evolutivo, o Brasil tenha podido contar com o trabalho obstinado de instituições fundamentalmente comprometidas com a proteção e o aperfeiçoamento dos valores de convivência dos brasileiros.

A democracia não se instala, e muito menos se consolida, pela ação isolada de setores minoritários da sociedade. Democracia não é aventura política. No caso brasileiro, reconquistamos o estado de direito e as liberdades essenciais pela força solidária e majoritária de seus cidadãos, unidos em torno da convicção de que o Brasil pode e deve ser um lugar onde vivam todos uma vida digna.

Com apoio firme e permanente de instituições como o Tribunal de Contas da União, o Brasil pôde reafirmar sua luta pelo primado do Direito e contra a impunidade, fonte perversa, esta última, do desrespeito à coisa pública, da iniquidade na distribuição dos benefícios econômicos entre a cidadania, da falta de lisu-

ra nos procedimentos oficiais, do avanço nos cofres da União, do sucateamento do patrimônio nacional.

«O Tribunal de Contas da União
reputa como um aliado heróico
da cidadania.»

O que está acontecendo é de fácil compreensão: enquanto alguns manipulam o poder do dinheiro sem nenhuma cerimônia, nós estamos gerindo o dinheiro do Poder com a maior seriedade e diligência.

Sobre a base sólida das Cortes de fiscalização e controle dos bens públicos, a nacionalidade tem a segurança da parceria do Estado na tarefa exemplar de reconstrução nacional, numa consciência cívica que fortalece a voz soberana do povo e pavimenta a normalidade democrática. As normas jurídicas só são capazes de resistir ao arbítrio e à intolerância quando as normas morais conseguem derrotar a falsa legitimidade da eficiência do Estado onipresente.

Essa foi a principal mensagem da sociedade brasileira ao consagrar, na Constituição de 1988, importantes inovações em matéria de competência e jurisdição do Tribunal de Contas. De maneira inequívoca, o texto constitucional quis reservar a este órgão de apoio do Poder Legislativo papel proeminente na administração do País, outorgando-lhe maior liberdade e independência de ação, favorecendo o funcionamento institucional da Corte e fortalecendo o «espírito da Casa» na fiscalização e controle da coisa pública.

Justificando as novas responsabilidades constitucionais que lhe foram comandadas, o Tribunal de Contas da União ora reputa como um aliado heróico da cidadania. Sua luta contra a corrupção e o mau uso do dinheiro público reveste-se de suma importância em nossa batalha coletiva contra a inflação, cuja vítima primeira e mais indefesa costumam se as classes desfavorecidas da sociedade brasileira.

Participo, assim, das comemorações do centenário do Tribunal de Contas da União em tributo de homenagem a esta egrêgia Corte. Em nome da sociedade brasileira e no meu próprio, venho nesta cerimônia renovar nosso mais penhorado reconhecimento pelos esforços emprestados à nobre tarefa de devolver à nacionalidade o sentido de missão do ofício público.

Estou convencido de que juntos haveremos de reabilitar a ética de administrar, legislar, julgar, fiscalizar e controlar o patrimônio nacional, em representação exclusiva do povo brasileiro e na defesa constante do interesse coletivo.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de comemoração do centenário
do Tribunal de Contas da União, em Brasília, DF,
no dia 7 de novembro de 1990.*

Entrevista ao Jornalista
Hideki Michinaga,
do Jornal *Nihon Keizai Shimbun*,
em 9 de Novembro de 1990

Jornalista: Após tomar posse o senhor baixou um plano econômico que tem por objetivo principal acabar com a inflação, que chegou a 1.850% ao ano. Esse plano teve grande repercussão, nacional e internacional. Voltando os olhos para esses oito meses, gostaria que o senhor falasse das mudanças que houve durante o seu governo.

Presidente: Costumo dizer que nas eleições do ano passado, muito mais do que a mudança do Presidente da República, tivemos uma mudança de geração no poder, uma mudança de visão do que seja governar. Até então, o poder no Brasil era um instrumento de fortalecimento do Estado. E ao fortalecê-lo, enfraquecia-se a sociedade. No nosso governo mudamos essa mentalidade. Entendemos que quem deve ser fortalecida é a cidadania, é a sociedade, a serviço de quem o Estado deve estar. O Estado tem que encolher para que a sociedade possa crescer e a economia prosperar. Encolher o Estado não quer dizer a mesma coisa que enfraquecê-lo; queremos um Estado enxuto, mais eficiente, mais respeitado. Infelizmente, até há alguns meses,

tínhamos um Estado que além de gigantesco era ineficiente e corrupto, um Estado que não merecia o respeito da sociedade, na medida em que não conseguia cumprir as atribuições básicas que deveria ter num sistema democrático. Fundamentalmente, essa é a grande mudança que estamos operando no Brasil, uma mudança de mentalidade, de visão, de perspectiva que o País precisa para ingressar, com características modernas, no terceiro milênio.

Dívida Externa

Jornalista: Desde julho de 1989 o Brasil suspendeu o pagamento dos juros de sua dívida externa. Tivemos notícia de que os bancos credores pediram o pagamento de pelo menos uma parcela, de US\$ 2,5 bilhões, desses atrasados, mas que o Brasil até agora não pagou, inclusive contrariando a premissa do Fundo Monetário Internacional, que parece achar que o pagamento dos juros atrasados é essencial para a obtenção de novos créditos. O pagamento dos atrasados é a chave para resolver o problema do Brasil com relação à dívida externa? Qual sua visão sobre o tratamento a ser dado a essa questão?

Presidente: A primeira coisa que fiz ao assumir a Presidência da República foi retirar o emocionalismo e a paixão que dominavam a discussão da dívida externa, passando a dar-lhe um caráter objetivo. A nossa posição é muito simples: alguém tem dinheiro a receber e alguém deve esse dinheiro. O devedor quer pagar os menores juros possíveis e nos prazos os mais dilatados possíveis; o credor, por seu turno, quer as maiores taxas e os menores prazos. É exatamente para conciliar essas posições, antagônicas por natureza, que existe a negociação, que tem por objetivo, através de aproximações sucessivas, fazer com que as partes encontrem um denominador comum, mutuamente aceitáveis.

Quanto à atual etapa de negociação, já fizemos nossa proposta. Os bancos apresentaram ontem, dia 8, uma contrapro-

posta. Da mesma maneira que nossa proposta foi analisada e debatida, durante duas semanas ou mais, pelos bancos credores, nós iremos estudar a proposta e apresentar uma contraproposta. Enfim, é o processo típico de negociação. Na proposta que nos enviaram, os bancos pedem que paguemos algo como US\$ 2 bilhões de juros atrasados da dívida. Vamos analisar e verificar nossa capacidade de pagamento. Cabe salientar, a propósito, que o próprio Fundo Monetário Internacional já admitiu o conceito de «capacidade de pagamento» que, em linhas gerais, significa a noção de que não podemos sacrificar o crescimento interno para pagar a dívida externa. Precisamos de condições para honrar os nossos compromissos. É exatamente nesse sentido, que é positivo, que é construtivo, que estamos encaminhando a negociação da dívida externa.

Jornalista: A proposta brasileira aos bancos credores despertou, entre eles, uma reação negativa. Evidentemente que seu governo não pode assumir a responsabilidade por essa dívida estar sendo rolada há tantos anos, mas na opinião da maioria desses bancos, a atitude do Brasil de querer rolá-la por longo prazo não condiziria com os lemas de sinceridade, honestidade e confiabilidade do novo Governo.

Presidente: Na verdade, me pareceria estranho se os bancos aplaudissem a proposta. Isso significaria que alguma coisa estava errada e me levaria a colocar em dúvida se essa proposta estaria efetivamente atendendo aos nossos interesses. No momento em que eles reagem de forma não muito favorável, isso sinaliza que há condições de termos a encontrar um denominador comum. Essa é a nossa disposição. Nossa proposta é absolutamente honesta e sincera, é o que podemos fazer. O Brasil já assinou sete acordos com o FMI e, infelizmente, não cumpriu com nenhum deles. Não queremos fazer isso mais uma vez. Nosso governo tem a marca da seriedade e deseja assinar um acordo que possa cumprir. Se fosse para assinar somente mais um compromisso para ser descumprido, já poderíamos tê-lo feito. Mas queremos assinar um compromisso que não deixe dúvida quanto ao seu cumprimento.

Enfim, trata-se de uma negociação normal, nada há a estranhar. Estou convencido de que há, hoje, um cenário extre-

mamente favorável para que possamos chegar a um entendimento mutuamente satisfatório. Como em toda negociação séria, o processo é penoso e difícil.

Jornalista: Em seus contatos no Japão o senhor pretende levantar a questão dos investimentos diretos no Brasil?

Presidente: O Japão é muito importante para o Brasil. A colonização japonesa ajudou, de uma maneira decisiva, a transformar São Paulo e o Paraná na região mais rica do País. Aprendemos e continuamos a aprender muito com os japoneses. Sua tenacidade, sua vocação para o trabalho, sua inteligência e sua disciplina são lemas para nós, brasileiros. Temos, no Brasil, investimentos japoneses maciços na área da siderurgia. Então, é claro, esses assuntos deverão tomar uma parte importante de nossa agenda. Precisamos do Japão como um grande parceiro.

Jornalista: O senhor estaria interessado na instalação de fábricas de automóveis japonesas no Brasil?

Presidente: Já tive contatos, sobre o assunto, com representantes das firmas Nissan e Toyota, que já tem, essa última, uma pequena montadora no Brasil. Nesses contatos estimorei-os a considerar a possibilidade de que instalassem fábricas no Brasil, falei-lhes da minha proposta de abrir a economia brasileira e manifestei-lhes minha compreensão de que o interesse em montar fábricas no Brasil tenderá a crescer quando nosso mercado interno ficar fortalecido. Disse-lhes que isso não iria demorar muito e que, se quisessem se antecipar a esse momento, estariam ganhando tempo e dinheiro. Eles acharam a proposta interessante, e eu espero retomar essas conversações.

Golfo Pérsico

Jornalista: Como o senhor reage às críticas de que o Brasil tem sido um dos principais países a armar o Iraque?

Presidente: Em primeiro lugar, gostaria de dizer que quem armou o Iraque não foi o Brasil e, sim, as grandes potências. Foram os países desenvolvidos que forneceram ao Iraque as armas químicas, os superbombardeiros, os supersônicos, a artilharia ultra-sofisticada. Outro dia, uma revista norte-americana publicou a relação dos equipamentos bélicos do Iraque, dando suas especificações e sua procedência. Por esse registro é facilmente verificável que o Brasil não forneceu mais do que 0,03% desses equipamentos iraqueanos. E, mesmo assim, são aviões de treinamento «Tucano» e alguns carros com artilharia defensiva.

Meio Ambiente e Energia Nuclear

Jornalista: Outros dois temas importantes são o da energia nuclear e o da preservação da Amazônia. Qual a posição de seu governo sobre eles?

Presidente: Em relação à questão nuclear, meu governo já deu um basta à possibilidade de uma aventura nuclear. Não queremos saber de explodir bombas, nem queremos ter bombas atômicas. No meu entender, o maior sinal de atraso que se pode ter é o de movimentar toda uma sociedade e uma economia para a fabricação de artefatos nucleares. Onde utilizá-los? Para fazer o que com eles, quando no mundo existem milhares de pessoas morrendo de fome, sem acesso à educação, à saúde, sem direito a um teto? Para mim isso é uma coisa inteiramente absurda e fora de contexto. Já coloquei uma pá de cal, literalmente, no Programa Nuclear Brasileiro.

Por outro lado, o Brasil não abre mão do acesso a novas formas de tecnologia que nos ajudem a aumentar a produtividade da economia e a evitar a devastação do planeta. Acho que é chegado o momento dos detentores desses conhecimentos passarem-nos a países como o Brasil e a outros que têm compromissos com a questão ecológica. O Brasil vai sediar, em 1992, a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento,

sob os auspícios da ONU. Eu tenho repetido que nessa área, e em nenhuma outra, o Brasil nada tem a esconder. Mas nessa Conferência queremos muito mais do que discutir formas de combater, aqui e ali, a devastação da natureza. Queremos que a Conferência sirva para que se faça uma profunda reflexão sobre o que queremos do nosso mundo às vésperas do terceiro milênio.

Acho que todo esse modelo de desenvolvimento ocidental precisa ser questionado duramente. Que modelo é esse de produzir e consumir, sem limites, recursos não-renováveis, deixando como herança um planeta arrasado? Esse é um modelo de desenvolvimento que leva à concentração da renda e do conhecimento. Estamos deixando o mundo bitolado do capitalismo e do comunismo, que graças a Deus chegou ao fim, mas mergulhando noutro, também bitolado, dos países ricos e dos países pobres. Esse modelo de desenvolvimento é concentrador de renda, de poder, de conhecimentos, e aumenta a distância entre os dois grupos de países. Essa conformação do mundo, entre ricos e pobres, não deixa de ser uma ameaça à estabilidade mundial. O mundo, cada vez menor, exige solidariedade no relacionamento entre os povos.

Petróleo

Jornalista: A crise no Oriente Médio traz a questão do petróleo novamente a um lugar de destaque. O Brasil já produz cerca de metade do petróleo que consome. Há condições de o Brasil alcançar a auto-suficiência?

Presidente: Para chegarmos à auto-suficiência em petróleo, o que seria possível acontecer por volta do ano 2000, precisaríamos investir alguma coisa entre 25 a 30 bilhões de dólares, recursos dos quais não dispomos. Governos passados entenderam, de uma forma equivocada, que para se combater a inflação era preciso reprimir as tarifas públicas, entre elas a do combustível.

É diferente do que fazemos hoje, quando se combate a inflação mas se mantém a realidade tarifária. Preços realistas para os combustíveis estimularão os investimentos.

*Entrevista concedida ao jornalista Hideki
Michinaga, do jornal Nihon Keizai Shimbun, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 9 de novembro de 1990.*

Discurso aos Empresários da Keidaren — Federação das Organizações Econômicas do Japão

Com grande prazer retorno ao Japão e, em particular, a esta instituição que tão bem representa a pujança do Japão moderno, um exemplo, para o mundo, de trabalho, vigor e progresso.

Ao renovar à Keidaren meus agradecimentos pela oportunidade de mais uma vez dirigir-me a grupo expressivo da classe empresarial japonesa, retomo as palavras que proferi em 29 de janeiro último, quando aqui estive como Presidente eleito do Brasil.

Trazia então uma mensagem de mudança. Chegava como porta-voz de um projeto de reconstrução nacional, consagrado nas urnas, que perseguia dois objetivos essenciais: a afirmação da democracia e a superação da crise econômica e social que angustiava o País desde o início da década de 80. Agora venho relatar-lhes o caminho já percorrido, o que ainda nos resta alcançar e, com particular ênfase, quais as nossas expectativas quanto ao papel das relações nipo-brasileiras para a consolidação de um Brasil novo.

Estou entre empresários vitoriosos. Homens que souberam, como poucos, unir a criatividade com a capacidade de organiza-

ção, a inteligência estratégica com a disposição para competir. É por encontrar aqui essas virtudes que me animo a falar-lhes de uma empresa, cuja história certamente alguns dos senhores conhecem bem.

Vou dar à empresa um nome conhecido dos senhores: Brazilian Corporation, empresa antiga que tinha chegado ao limite de suas possibilidades de crescer. Encontrava-se à beira da falência e pedia ação drástica de seus acionistas. Os sintomas da decadência eram conhecidos. Seus produtos tornaram-se obsoletos, não atendiam mais à demanda do mercado. As ineficientes linhas de produção obrigavam a preços elevados. A folha de pessoal estava inchada, e os métodos de gerência ultrapassados. Não havia recursos para investimento e novos projetos. A empresa definhava.

O corpo administrativo trabalhava de forma displicente. Faltavam comando e disciplina. Os objetivos empresariais eram dispersivos e frágeis. O moral dos trabalhadores estava afetado gravemente, pois não vislumbravam futuro para a empresa e para os que dela dependiam.

Os reflexos financeiros do processo de decadência eram evidentes. A dívida da empresa era enorme, o que a tornara completamente desacreditada diante de seus credores. A empresa multiplicava promessas vãs de saldar débitos quando faltava um elemento essencial: a credibilidade.

«Os eleitores brasileiros exigiram, ao me elegerem Presidente da República, um radical programa de mudanças para o Brasil.»

Diante desse quadro de falência, os acionistas tiveram uma atitude radical: substituir a diretoria, indicar a novos líderes rumos inteiramente novos e banir o passado que significara, em anos recentes, decepção e descrédito. Agiram assim movidos pelo mais legítimo dos interesses. Que fizeram os novos diretores? Ini-

ciaram imediatamente um trabalho de saneamento, que deveria ter amplo escopo administrativo e financeiro, com mudanças na linha de produção. Tratava-se de produzir mais, de forma mais eficiente, com orientação para o mercado. A receita é conhecida. Cortaram-se os custos supérfluos, reduziu-se o pessoal, redefiniram-se os objetivos para adequar a sua produção às necessidades reais de demanda. O plano foi amparado pelos credores, que deram condições para que se operasse o saneamento financeiro. Novos acionistas se interessaram pela empresa, que correspondeu às melhores expectativas. Livre da asfixia de curto prazo da dívida, ganhando eficiência e competitividade, a empresa voltou a crescer.

Meus Senhores,

Os eleitores brasileiros, nas eleições do ano passado, tiveram atitude idêntica à adotada pelos acionistas da Brazilian Corporation. Diante de um país marcado pela estagnação, pela crise econômica, pela descrença, exigiram, ao me elegerem como Presidente da República, um radical programa de mudanças para o Brasil.

O programa está sendo cumprido e com pleno sucesso.

Como nas empresas, a primeira questão é a da previsibilidade. Não se consolida uma empresa se, a cada dia, mudam os custos. Não se administra uma economia com uma inflação mensal de 90%. O primeiro problema econômico era a espiral inflacionária que, por muitas razões, afetava o cotidiano do cidadão e do empresário, e paralisava o País.

Lançamos um corajoso plano de luta contra a inflação, que exigiu sacrifícios de todos e que já produz resultados satisfatórios. Hoje a taxa de inflação ainda não é ideal, sobretudo se a compararmos com padrões japoneses, mas sua redução foi impressionante, e confio em que declinará ainda mais, tendo em vista a política monetária e fiscal vigente de que não me afastarei. Pelo oitavo mês seguido, a execução do orçamento produz superávits — fato inédito na década — ao mesmo tempo em que se pratica no Brasil uma política monetária estrita.

A redução e racionalização dos custos, fundamental no reerguimento de qualquer empresa em dificuldades, correspondeu, no Brasil, a uma modificação radical na estrutura do Estado.

O Estado brasileiro relegara a segundo plano suas funções primordiais no campo da educação, saúde, habitação e assistência social, envolvendo-se crescentemente em áreas onde a iniciativa privada sempre foi mais competente, e assim gerando apenas ineficiência e empreguismo. Impunha-se redirecionar o Estado. Esta convicção levou-me ao lançamento do programa de privatização, ora em pleno curso. Doze empresas estatais já foram selecionadas para venda. Logo chegaremos ao leilão da primeira empresa, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, que conta, aliás, com participação acionária japonesa. Queremos que esse processo seja abrangente e aberto à participação do capital estrangeiro.

«Este novo ambiente econômico encontra na liberdade de preços um de seus pilares.»

Dentro do objetivo de tornar a máquina estatal eficiente, determinei a redução do número dos ministérios — 23 para 12 — e extingui três empresas públicas, sete empresas estatais de economia mista e 12 autarquias e fundações. Dei início também ao enxugamento do corpo de funcionários públicos, tendo até o momento sido dispensadas ou aposentadas cerca de 220 mil pessoas.

Cumpra ainda destacar o Programa de Desregulamentação, que tem valorizado a liberdade de empreender, além de retirar a tutela do Estado sobre a atividade econômica. Com certeza, o Programa terá repercussão incisiva na eficiência empresarial e, em última instância, na formação de preços, ao favorecer o acesso de novos atores ao antes restrito círculo de empresas que monopolizavam a produção e a distribuição de determinados bens e serviços.

Este novo ambiente econômico encontra na liberdade de preços um de seus pilares. A liberalização é tanto mais corajosa

quanto se imagina ter sido implementada em meio a severo combate contra a inflação. Sempre acreditei que a liberdade de preços é essencial ao relacionamento sadio entre Governo e agentes econômicos. Dada a complexidade da economia brasileira, o controle, além de ineficaz, costuma inibir os investimentos e criar relação viciosa entre a administração e o setor privado.

Meus Senhores,

Há dois pontos que gostaria de sublinhar porque são essenciais na recuperação do País. O primeiro é o dos projetos de investimentos e o segundo o da dívida externa.

Será uma verdade banal, para os senhores, dizer que, no processo de renovação empresarial, é essencial propor novas concepções de trabalho, sem esquecer, contudo, de tomar do passado uma seleção dos melhores projetos. A Brazilian Corporation, de meu exemplo, só se reergueria se, além de extrair as lições de sua história, tivesse novos produtos a oferecer, novos desenhos e proposta estratégica original. Os projetos entabulados pela antiga diretoria deveriam naturalmente ser readaptados para que se adequassem à nova perspectiva.

O mesmo valeria em relação ao Brasil. Estamos iniciando uma nova estratégia industrial para o País. Aqueles projetos desenhados em outro momento, se bem concebidos e quando significarem aportes reais ao desenvolvimento, poderão ser adotados no marco de uma economia que ganhou novo dinamismo. O importante, porém, será conceber projetos para um Brasil diferente. É necessário entender as transformações ocorridas e agir de acordo com o tempo presente e a perspectiva de um futuro de progresso. Os novos projetos serão acolhidos com entusiasmo. Abre-se aí uma fase interessante para que o empresário japonês, que sempre teve percepção atilada do desenvolvimento nacional, volte a manter um intenso diálogo com as autoridades brasileiras e com os nossos empresários, e vice-versa, para redesenhar sua presença no Brasil. Aliás, menciono, com satisfação, os muito recentes investimentos da Nissho Iwai no pólo florestal de Carajás, em *joint venture*, com a Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas nacionais, para reflorestamento e celulose no Brasil.

«Reafirmo o intuito do Governo de dialogar, franca e seriamente, com a comunidade financeira internacional.»

No âmbito do processo de retomada de confiança, a solução de contenciosos com empresas japonesas tem merecido prioridade. A questão da Kawasaki Steel já está equacionada e a solução em fase de implementação. As negociações sobre o problema da Nippon Usiminas resultaram em proposta brasileira que foi apresentada à empresa atendendo, em princípio, às solicitações japonesas. Estamos aguardando a resposta final. Outras pendências, como o pleito da ISHIBRÁS, merecerão tratamento cuidadoso, pois é intenção brasileira manter bom convívio com seus parceiros internacionais, retirando todos os óbices ao nosso perfeito e confiável relacionamento.

Reafirmo, aqui, o intuito do Governo brasileiro de dialogar, franca e seriamente, com a comunidade financeira. Estamos prontos para a negociação e abertos ao entendimento. Repudiamos o confronto, que seria estéril, e assumimos uma postura flexível, marca de qualquer negociação. É essencial que nossos credores entendam que as formas do diálogo mudaram: tal como na empresa em processo de saneamento, os credores não podem ter a mesma percepção em relação a duas realidades inteiramente diferentes. Cobrar de uma empresa em falência, sem perspectivas de recuperação, não é o mesmo que cobrar de uma empresa que se moderniza, com amplas perspectivas de sucesso. No primeiro caso, trata-se de apostar em uma nova situação e, do ponto de vista exclusivamente financeiro, ter a certeza de pagamentos que virão, no prazo conveniente, para multiplicar ganhos no futuro. Nossos credores são parceiros naturais na luta dos brasileiros pelo progresso, e esse deve ser o espírito que presidirá o nosso diálogo.

De 1982 até o presente, o País já remeteu mais de 60 bilhões de dólares para o exterior, procedeu a três renegociações longas e custosas com a comunidade financeira internacional e, apesar de

tudo, assistiu ao salto de sua dívida de 80 para cerca de 110 bilhões de dólares. Não devemos mais uma vez nos comprometer com algo que sabidamente não podemos cumprir. A sociedade brasileira não suportaria voltar a viver sob a pressão de ter de se gerar megassuperávits comerciais. Espero, com toda sinceridade, que o Japão seja um aliado do Brasil na questão da dívida e leve à comunidade financeira uma palavra de endosso à posição brasileira que, como afirmei, é flexível, construtiva e aberta ao diálogo.

«O Brasil é um país com vocação para a modernidade e precisa de cooperação internacional.»

É essencial que os credores confiem em um programa de ajustamento, que é sério, objetivo, consistente, e que dará condições a que o Brasil volte a crescer. Na empresa, é o crescimento, com maior faturamento e rentabilidade, que garante o pagamento futuro. É essencial que prazos razoáveis sejam concedidos e que haja desembolso de acordo com a capacidade de pagamento. Se não houver obediência a um ritmo natural de recuperação do vigor econômico, a consequência será, no caso da empresa, a falência que prejudicará igualmente credores e acionistas; no caso do País, a instabilidade e dificuldades cujo custo, tanto econômico quanto social, será altíssimo.

O Governo brasileiro repudia qualquer insinuação de que sua proposta de pagamento da dívida não seja considerada séria. Ao contrário, é resultado de um esforço de reflexão que levou a uma definição consistente e perfeitamente compatível com o programa de estabilização adotado. Também esclareço que não temos propostas finais. Qualquer negociação é um processo difícil, sobretudo quando examinamos as somas e interesses envolvidos neste caso. Não apresentamos proposta insuscetível de apreciação crítica. Estamos dispostos a negociar e a atingir, por aproximações sucessivas, pelo diálogo, aquele ponto que signifique um

denominador comum mutuamente vantajoso para credores e devedor.

Não há razões para que os credores fiquem apreensivos ou negativamente predispostos. Afinal, estamos iniciando um processo que poderá ser longo, embora esperemos que não. Não impomos limites quanto ao que se negociará, o que significa a dívida como um todo, inclusive os juros atrasados. É pertinente esclarecer, a propósito, que o Governo brasileiro fez questão de incluir, na carta de intenção ao FMI, a disposição de regularizar seus pagamentos com o Clube de Paris até fevereiro de 1991. É o que faremos, aguardando somente a conclusão de acordo definitivo com o Fundo para equacionarmos o processo.

Não temos qualquer atitude de prevenção em relação aos credores, e não espero que tenham em relação a nós. Estamos, insisto, diante de negociações abertas, cujo resultado final dependerá de conversas, de entendimento. Reitero que o Governo brasileiro tem o espírito aberto e construtivo. Sei que houve processos tão mais complexos que o brasileiro, e me animo a considerar que chegaremos, brevemente, a um bom termo. O Brasil é um país com a vocação para a modernidade e precisa de cooperação internacional. Não queremos caridade. Queremos cooperação de bons parceiros, que ganhem junto conosco.

Meio ambiente: «O Brasil está
fazendo a sua parte».

Quero sublinhar que vivemos hoje, em meu País, uma atmosfera política que serve como suporte estratégico para o desenvolvimento econômico. A marca da ação do novo Governo é a conciliação e o entendimento. Buscamos permanentemente o consenso e, para tanto, o diálogo com as forças nacionais é feito com tato, com paciência e, sobretudo, com perseverança. Assim reafirmamos as virtudes da democracia. Assim construímos uma Nação que há de ser exemplar em realizações de justiça social e de comportamento político e ético.

As profundas modificações internas que ocorreram têm reflexos internacionais. A mudança da posição internacional do Brasil já está delineada. Um dos exemplos notáveis foi a superação de uma imagem negativa em matéria ambiental. Não somos mais olhados como depredadores do meio ambiente porque o Governo adotou política tenaz de defesa ecológica e porque estamos na vanguarda da proposição de novos conceitos sobre a cooperação internacional para salvar o planeta. O Brasil está fazendo a sua parte mas sabemos que, mais do que em qualquer outro tema, os países devem efetivamente cooperar, buscar soluções comuns, para conseguir que a luta seja vitoriosa.

É fundamental que os países em desenvolvimento tenham acesso a tecnologias que permitam eliminar os danos ao meio ambiente e que sejam ecologicamente seguras. Essas tecnologias devem ser empregadas em benefício de todos, e é urgente produzir no plano internacional condições financeiras que facilitem sua aplicação universal.

Ao fazer essa afirmação para um grupo de empresários japoneses, que são responsáveis pelo mais notável uso da ciência e tecnologia nos tempos modernos, uso que revolucionou a fisionomia de um país, sei que encontrarei aliados para o incremento da cooperação nipo-brasileira neste campo, ainda muito aquém dos níveis da cooperação em outras áreas.

Estou diante de uma platéia de empresários que se notabilizaram pela capacidade de competir. Um grande encontro internacional, a «Rodada Uruguiaia» do GATT, procura justamente criar regras que espelhem e aprimorem a complexa interdependência que hoje une as economias nacionais. Para tanto, devem ser quebradas as barreiras protecionistas que, defendendo a falta de especialização e portanto a ineficiência, geram impasses no processo negociador e têm conseqüências extremamente negativas para o mundo. Em razão da resistência dos desenvolvidos em algumas matérias, como a agricultura e têxteis, em que as ofertas são extremamente modestas, alguns países já ameaçam retirar-se das negociações. Não é esta a posição brasileira, que levará até o fim a sua disposição de negociar de forma positiva. O impasse

não constrói e são urgentes alguns avanços que, ao refletir as novas realidades, impeçam a formação de blocos fechados, e propiciem efetivo e harmônico desenvolvimento de todos.

Diante do peso a dívida externa, que limita as possibilidades de investir, da dificuldade de acesso à ciência e tecnologia, que barra as condições de modernidade, e da perspectiva de um protecionismo, que impede a expansão do comércio internacional, temo que o mundo, aliviado com o fim do bipolarismo ideológico, assista agora ao surgimento de um novo bipolarismo entre ricos e pobres. O planeta é um só e a humanidade é uma só. O abismo entre as duas parcelas da humanidade deve ser estreitado e a força da realização empresarial deve ser um dos motores do processo. O livre mercado, que implantamos no Brasil, e que os investidores japoneses precisam conhecer, será decisivo nesta nova etapa da solidariedade, pela paz e pelo desenvolvimento com justiça social.

«Como grande investidor no Brasil,
o Japão pode cumprir missão
estratégica na retomada de nosso
desenvolvimento.»

As economias brasileira e japonesa apresentam alto grau de complementariedade. O Brasil tem um potencial agroindustrial espetacular. Dispomos de matérias-primas abundantes, particularmente no setor mineral. As nossas fontes de energia hidráulica estão localizadas em diversos pontos do território nacional. Dispomos de um mercado de grande porte e que tende a crescer a sua renda disponível já a partir do próximo ano. O nosso *hardware* industrial está montado, resultado da política de substituição de importações, e hoje produzimos praticamente tudo que consumimos (as importações em 1989 representaram aproximadamente 5% do PIB). Temos amplo espaço para nos abirmos ao mundo.

Por outro lado, estamos carentes de tecnologia, de experiência empresarial moderna, particularmente na adoção dos novos métodos de gestão que provocam impactos significativos na qualidade e na produtividade.

Como grande investidor no Brasil, o Japão pode cumprir missão estratégica na retomada de nosso desenvolvimento. As inversões nipônicas estão presentes em muitos setores. Registra-se, porém, que os maiores investimentos japoneses de risco no Brasil associaram-se com o capital estatal. É preciso ampliar o seu escopo para alcançar a empresa privada deste País, fazendo-se acompanhar de efetiva transferência de tecnologia.

No Brasil, desenha-se um ambiente de maior competitividade. A política de comércio exterior levou a procedimentos burocráticos que garantiam verdadeiros cartórios e privilégios para indústrias específicas, prejudicando o consumidor. Nossa meta é a eliminação completa de barreiras não-tarifárias à importação. Prevemos que, em 1994, a tarifa média se situe em torno de 20%. Estamos abandonando o conceito puro de similar nacional, medida que muitos duvidavam que fôssemos tomar efetivamente.

Programas que incentivam a capacitação tecnológica da indústria nacional estão sendo adotados.

A realidade econômica está em curso acelerado de transformação, e o nosso objetivo final é a definição de um modelo moderno de desenvolvimento sustentado, que, ao dar dinamismo à economia, integrando-a mais profundamente no mundo, sirva à gente brasileira na sua vontade de progresso e justiça social, num país ecologicamente sã.

Meus Senhores,

Da aurora deste Brasil novo que estamos construindo, em clima de liberdade democrática e de interação sadia e criativa entre Estado e sociedade, o Japão não pode estar ausente. Em nome do patrimônio que japoneses e brasileiros souberam enriquecer ao longo de muitas décadas, convidamos o Japão — especialmente seus empresários — a reexaminar seu relacionamento eco-

nômico com o Brasil, para assumir postura mais próxima e solidária, à luz desta nova e dinâmica realidade brasileira.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Encontro com Empresários da Keidaren —
Federação das Organizações Econômicas do Japão,
em Tóquio, Japão,
no dia 14 de novembro de 1990.*

Entrevista ao Jornalista
Paulo Henrique Amorim,
da Rede Globo de Televisão,
em 14 de Novembro de 1990

Jornalista: O senhor está na terra dos bancos credores mais intransigentes, o Japão. Agora há pouco, em Nova Iorque, os bancos credores disseram ao negociador brasileiro, o Embaixador Jório Dauster, que enquanto o Brasil não pagar 2,5 bilhões de dólares referentes a juros atrasados, os bancos não estudarão a proposta brasileira. Como é que se sai desta?

Presidente: Estamos em plena negociação, e toda negociação parte do princípio de que as duas partes envolvidas aceitem conversar sobre pontos de difícil concordância, como esse. De um lado, temos os bancos credores, que querem receber os juros atrasados; do outro, estamos nós, que queremos negociar os juros atrasados e também o principal da dívida. Por aproximações sucessivas, havendo esse interesse mútuo, não tenho a menor dúvida de que chegaremos a um denominador comum.

Dívida Externa

Jornalista: Mas existe alguma possibilidade de o Brasil pagar 2,5 bilhões de dólares de juros ainda este ano?

Presidente: Eu não poderia fazer essa afirmação de uma maneira tão peremptória, mas eu diria que o Brasil estuda a contraproposta que foi feita pelos bancos credores. Vamos ver até que ponto poderemos chegar nessa contraproposta que nos foi apresentada.

Jornalista: Mas a falta de um acordo para a dívida externa não está prejudicando a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil? Por exemplo, o que falta fazer para que a Nissan e a Toyota decidam ir para o Brasil produzir automóveis?

Presidente: Quanto à questão do acordo da dívida nós não estamos atrasados em termos de negociação. Nós começamos efetivamente a negociar há cerca de 30 dias, enquanto negociações feitas por outros devedores levam seis, sete meses. Em relação à implantação de montadoras japonesas no Brasil, a questão vai depender, fundamentalmente, da existência de um mercado interno fortalecido, porque ninguém vai pegar o seu dinheiro e investir numa fábrica de automóveis — produto que necessita um padrão de renda elevado — num país que está com seu mercado interno enfraquecido, como o do Brasil, hoje. O que estamos fazendo, então, é tratar de fortalecer o mercado interno. Para isso precisamos de uma política de renda ajustada ao nosso modelo, ao padrão de crescimento que desejamos. A partir do fortalecimento do nosso mercado, sem dúvida alguma, o Brasil merecerá a atenção dos investidores japoneses na área automobilística.

Inflação

Jornalista: Presidente, tenho sentido, aqui de fora, que os executivos dos bancos credores passaram a se preocupar mais com

o problema da inflação, esses 14% registrados em outubro. O que o senhor vai fazer a curto prazo para enfrentar esse problema?

Presidente: Em primeiro lugar, não há razão para angústia, não há razão para se apavorar em relação a esses solavancos que a inflação vem dando em função, como todos nós sabemos, da crise no Golfo Pérsico, que fez com que o barril de petróleo saísse de 14 dólares, alcançasse 40, hoje se situando na casa dos 30. Essa flutuação se deu num período de poucos meses e nos pegou quando aplicávamos nosso programa de estabilização econômica. Nessa situação o grande erro que cometeríamos seria o de alterar nossa política econômica. Isso não faremos, nossa política não será modificada porque ela está correta; a política monetária está absolutamente adequada ao nosso programa, como indica o fato de a nossa base monetária ser, hoje, exatamente igual à de maio. Temos que ter um pouco mais de paciência; esses obstáculos, que Deus nos colocou talvez para colocar à prova nossa capacidade de resistência, vão ser superados com criatividade. Temos que continuar no caminho em que estamos; não tenho dúvida de que é o caminho correto.

Entendimento Nacional

Jornalista: O senhor está caminhando para um pacto social como no México, em que há preços e salários prefixados e congelados?

Presidente: O que nós temos que buscar é o entendimento nacional, idéia que lançamos há alguns meses. Precisamos fazer com que, nessa mesa do entendimento, cada um exponha seus problemas, sem acusações recíprocas, sem posições intransigentes. Temos que buscar o consenso, temos, em nome do Brasil, de chegar a uma política de consenso. É o momento de cada um de nós esquecer um pouco dos interesses corporativistas, dos interesses de grupos, de interesses pessoais, para pensarmos

um pouco mais no Brasil. O que está em jogo é o futuro dessa nossa extraordinária Nação; precisamos ser mais verde-e-amarelos, precisamos ter mais amor à nossa Pátria ao invés de somente amor ao bolso, como alguns têm.

Jornalista: Presidente, como diriam os colunistas sociais, agora no Brasil não se deve convidar mais para o mesmo almoço autoridades do Governo e líderes empresariais. Acontece que aqui, agora, no Japão, o senhor vai à Keidaren, que é a organização que reúne os principais empresários japoneses, é uma «super-FIESP», uma «mega-FIESP»; como é que se explica que o senhor tenha uma atitude no Brasil e outra aqui?

Presidente: Não é verdade, o Governo tem em relação aos empresários a mesma posição que tem em relação a qualquer outro setor de atividade no Brasil. Eu não sou o Presidente da República somente daqueles que me elegeram, eu sou o Presidente da República de 150 milhões de brasileiros. E nesse conjunto incluem-se os empresários, com os quais eu mantenho boas relações; agora, manter boas relações não é a mesma coisa que aceitar passivamente toda e qualquer crítica que nos seja feita. Em mim corre sangue, aqui dentro de mim há muita emoção, muito amor próprio, muita vontade de dar uma resposta pronta e clara aos ataques que nos são feitos. E isso, em nenhum instante, deve ser confundido com um incômodo, um empecilho nas relações do Presidente da República com quem quer que seja.

O Presidente da República, por ser um democrata e ter sido eleito depois de 30 anos em que não tivemos a oportunidade de escolher nosso Presidente, preza as instituições democráticas e o diálogo, mas preza, também, o respeito à autoridade. No momento em que esta autoridade esteja sob ameaça há uma reação forte, vigorosa, porque no Brasil de hoje existe um Presidente da República, um Presidente que não costuma oferecer a outra face, um Presidente que não aceita que lhe pisem no pé, um Presidente, enfim, que tem consciência da responsabilidade que lhe cabe nessa quadra particularmente difícil da vida nacional. Este mesmo Presidente tem os olhos voltados para o futuro da Nação, para aqueles desassistidos. Assim, eu tenho o

dever de levar adiante o programa de governo que foi aprovado pelas urnas; eu tenho o dever diante do povo brasileiro de lutar com todas as minhas forças para demonstrar que o caminho que escolhemos é o caminho acertado; eu tenho o dever de transformar o Brasil num país socialmente mais justo, mais fraterno e mais solidário. E é isso o que eu vou fazer.

Entrevista concedida ao jornalista Paulo Henrique Amorim, da Rede Globo de Televisão, por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, em Tóquio, Japão, no dia 14 de novembro de 1990.

Lançamento do Plano de Recuperação de Loteamentos em Samambaia, DF

Minha gente amiga de Samambaia,

Chego aqui hoje na companhia do Governador Vallim e do futuro Governador, eleito por vocês, Joaquim Roriz. Venho para dar cumprimento aos compromissos que assumimos diante do altar da cidadania brasileira, no decorrer da memorável campanha presidencial de 1989. Naquela campanha nós fizemos uma opção e uma escolha. A escolha do Presidente Fernando Collor foi pela ajuda e pela parceria com os descamisados, com os pés descalços e com os cidadãos desassistidos desta Nação.

Haveremos de construir um Brasil novo, socialmente mais justo, mais honrado e mais digno; sem radicalismos, sem agressões, que não levam ninguém a lugar nenhum. Tanto é assim que, embora não tenha passado por Samambaia na minha campanha do ano passado, jamais perdi de vista o apoio e a ajuda que esta comunidade precisava e continua a precisar do Presidente da República. Antes mesmo da posse do Governador Roriz, aqui viemos, juntos, para trazer a vocês os primeiros lotes urbanizados, que vão beneficiar Samambaia antes do que qualquer

outro lugar do Brasil. São mais de 100 mil lotes que iremos distribuir por todo este País, prioritariamente para famílias com renda de até três salários mínimos, mas alcançando também aquelas com até cinco salários mínimos.

«Neste Presidente da República
ninguém coloca uma canga.»

Recebo, ao aqui chegar, algumas solicitações: onde está a água, onde estão as novas escolas, onde está o saneamento? E podem continuar perguntando, pois a resposta eu lhes darei. A água, o saneamento e demais benefícios moram onde mora a esperança de vocês de que haveremos de fazer isso. Não estamos aqui para fazer promessas vãs. O Presidente da República não deixa os seus afazeres e vem ao encontro de seu povo para prometer, mas, sim, para atender, para trazer benefícios concretos a todos vocês.

Continuaremos, minha gente, a trabalhar nesta mesma toada. Todos vocês, que vêm do Nordeste, do interior do País, sabem que neste Presidente da República ninguém coloca uma canga; este Presidente da República não tem medo de assombração nem de cara feia; este Presidente vai continuar trabalhando por vocês, pelos necessitados, sem recear aqueles que querem continuar a oprimir o nosso povo pela mentira, pelo radicalismo, pela violência.

O Governo que se instalou democraticamente no último dia 15 de março é um governo que haverá de cumprir, até o último dia do seu mandato, todos os compromissos que assumiu naquela oportunidade. Vamos enfrentar todos os desafios, vamos superar todos os problemas, vamos resolver todas as questões mais urgentes que afligem nossa população mais sofrida. E isso só se faz com trabalho, com dedicação, com coragem e com determinação, que é o que não falta ao nosso governo.

Quero dizer aos deputados federais e distritais de Brasília, presentes neste palanque, quero dizer à Vice-Governadora Már-

cia Kubitschek, quero dizer ao Governador Roriz, a quem caberá conduzir os destinos de todos vocês de Brasília nos próximos quatro anos, que as portas do Palácio do Planalto estão e estarão abertas a todas as reivindicações que Vossas Excelências levarem a meu gabinete, em favor da população sofrida de Brasília.

Voltaremos aqui outras vezes. Faço questão de trazer a vocês as respostas a essas indagações que, como disse, moram onde mora a esperança que cada um de vocês carrega no coração de que haveremos de cumprir com os nossos compromissos.

Obrigado, minha gente de Samambaia.

Obrigado a vocês e até um outro dia, se Deus quiser.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de lançamento do Plano de
Recuperação de Loteamentos, em Samambaia,
cidade-satélite do DF,
no dia 16 de novembro de 1990.*

Cerimônia de Condecoração do Grão-Mestre da Ordem de Malta

*Alteza Eminentíssima Fra Andrew Bertie, Príncipe e
Grão-Mestre da Ordem Soberana Militar Hospitaleira de
São João de Jerusalém, de Rodes e Malta;*

*Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Senhor Núncio Apostólico, Monsenhor Dom Carlo Furno,
Senhores Embaixadores,
Senhores Secretários de Governo,
Senhores Secretários-Gerais,
Meus Senhores,*

O Governo brasileiro recebe Vossa Alteza Eminentíssima, hoje, em Brasília, para homenageá-lo e, por seu alto intermédio, a Ordem Soberana e Militar de Malta, cuja obra no Brasil e no mundo é merecedora das mais firmes expressões de respeito, aplauso e agradecimento.

Em meio às múltiplas e complexas mudanças em curso na história contemporânea, as tendências que acenam com melhorias nas relações entre os países somente conseguirão afirmar-se caso, primeiro, sejamos capazes de consolidar melhorias nas relações entre as pessoas.

No mundo atual, modernidade significa, antes de tudo, a recuperação dos valores espirituais diante do avanço extraordinário da ciência e da tecnologia.

A grande mensagem do momento é ditada pela consciência de que a capacidade humana para produzir não constitui obrigatoriamente motivo de orgulho se for para destruir, comprometer as reservas naturais do planeta, favorecer o desequilíbrio entre as nações e, muito menos, os desequilíbrios dentro das nações, perpetuando o domínio de ricos sobre pobres, a hegemonia de fortes sobre fracos. Disse-o em outras ocasiões e repito agora: a atitude humanista não pode ser seletiva; ou vale para todos os homens, ou não vale nada.

O reencontro com a democracia restabeleceu o primado da vontade soberana do cidadão, em defesa de cujos interesses legitima-se a gerência da sociedade e em nome de cujas aspirações devem-se conduzir os assuntos do Estado. Se ainda não conseguimos resgatar a solidariedade como virtude máxima da vida pública, pelo menos já convivemos com a pressão renovadora de povos e países determinados a privilegiar o interesse coletivo, o sentido de justiça social, a expectativa do entendimento, a prosperidade equitativa, a paz.

Alteza Eminentíssima,

Sua visita ao Brasil enobrece o momento histórico que estamos vivendo. A vocação secular da Ordem Soberana e Militar de Malta de assistência aos problemas sociais inspira-nos em nossa tarefa de devolver aos brasileiros uma sociedade mais justa e mais próspera.

Sob a orientação de Vossa Alteza Eminentíssima, abnegado servidor das causas humanitárias, a Ordem tem recobrado vitalidade e expandido o raio de suas ações beneméritas. No Brasil, devemo-lhes ambulatórios, creches, escolas de alfabetização e de formação profissional, além de dispensários de assistência a portadores de hanseníase.

Em Brasília, a Embaixada da Ordem mantém creches para o atendimento de crianças carentes e colabora com as autoridades sanitárias brasileiras no combate à hanseníase, além de fazer doações beneméritas a regiões do Brasil setentrional. O trabalho

dedicado e incessante do Embaixador Carlo Enrico Giglioli e de sua equipe tem sido grandemente apreciado por todos nós.

Alteza Eminentíssima,

Como penhor da gratidão e do reconhecimento do Brasil à ação benemerente e filantrópica da Ordem Soberana e Militar de Malta, tenho elevada honra em impor a Vossa Alteza Eminentíssima as insígnias do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de condecoração do Grão-Mestre
da Ordem de Malta, em Brasília, DF,
no dia 20 de novembro de 1990.*

Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão

Minha gente amiga,

Mais uma vez somos chamados ao exercício pleno da democracia, com a realização do segundo turno das eleições em vários estados do País.

É um bom momento para refletirmos, para pensarmos juntos, na nossa vida, no nosso Brasil. Durante todo o processo eleitoral me mantive imparcial nas disputas estaduais, pois é assim que deve se comportar o Presidente da República, para ser fiel aos princípios éticos de governo.

Mas hoje quero responder a todos vocês o que me perguntou uma dona de casa, pedindo um conselho sobre eleições. «Presidente, me perguntava ela, com quem o senhor está? De que lado o senhor está?» E o Presidente, minha gente — aproveito agora para responder — está do lado em que sempre estive e sempre estará, ao lado do trabalhador, da família brasileira, dos mais humildes, dos que sempre sofreram e nunca tiveram nada.

Vocês são testemunhas de que este é um governo que trabalha incansavelmente, 12, 14 horas por dia, muitas vezes sem fins de semana, sem feriados, para cumprir exatamente o que prometeu: estar ao lado da maioria da população brasileira, enfren-

tando sem temor os poderosos, combatendo sem receio os privilégios do passado. Por isso sofremos ataques. Por isso fomos até mesmo vítimas de tentativas de intrigas e calúnias, que procuravam confundir e difamar. Mas o povo não se enganou nunca. E o meu governo jamais cedeu a pressão de grupos.

Ao contrário, em oito meses — veja bem — em menos de um ano de governo, temos resultados concretos, sobretudo na área social. Veja bem, em menos de um ano de governo.

Você sabe como estava o País. A situação era caótica. A economia inteiramente desorganizada; a confiança do País, perdida. Só problemas, dívidas, dívidas e mais dívidas. Tudo absolutamente por reconstruir. Você se lembra. Não precisa fazer muito esforço de memória para isto. Agora pense e veja o tanto que já foi feito.

O País reconquista a sua credibilidade no exterior e recupera o seu ânimo interno. Há hoje mais do que esperança. Há confiança e certeza de que estamos no caminho certo. Não podemos é nos precipitar, caindo na tentação de utilizarmos atalhos, achando que isso facilita a nossa caminhada. Não, minha gente, ao contrário. Nós temos que perseverar, continuar nesta toada, porque nós temos um programa aprovado por você, que é o melhor, e que está nos servindo de bússola para nos levar ao porto seguro da prosperidade e do bem-estar social.

E ainda mais estaremos fazendo, sempre o melhor, para um número cada vez maior de pessoas. Com paciência e determinação chegaremos lá.

«Travamos e continuamos a travar
um combate sem tréguas contra
a inflação.»

Você sabe que não se pode pretender ter todos os problemas, de todo o mundo, resolvidos em um período tão curto. Mas você pode exigir um governo sério, um governo responsá-

vel, que não prometa aquilo que não se pode dar, um governo honesto e operoso. E isto você sabe que você tem.

Estamos trabalhando, cumprindo as nossas metas. Estamos construindo casas populares, assentando milhares de famílias. Já recuperamos 14 mil quilômetros de estradas. Na saúde, o aumento dos investimentos é recorde na história do País: 44% em termos reais, 800 bilhões de cruzeiros, somente neste primeiro ano. Acabamos de lançar a maior campanha de alfabetização já feita neste País. Liberamos, para utilização imediata, no crédito agrícola, 200 bilhões de cruzeiros.

Ainda existem alguns que reclamam. Mas vejam bem: esses recursos para o crédito agrícola representam 106% a mais, em termos reais, do que foi liberado no ano passado. Mais do que o dobro.

Minha gente, olhe que nós continuaremos a trabalhar. Continuaremos, apesar de todas as dificuldades, a fazer novas liberações para o nosso crédito agrícola, em apoio ao homem do campo, que merece esta total consideração do Governo.

Este é o primeiro Governo que tem programas especialmente destinados à criança, ao adolescente, ao idoso. A exigência do respeito irrestrito aos direitos humanos já faz parte do nosso dia-a-dia, e temos recebido reconhecimento internacional por nossa luta pela preservação do meio ambiente e pelo apoio aos nossos índios.

Colocamos em prática um amplo programa de desregulamentação que facilitou a vida dos cidadãos e pôs fim a antigas práticas de cartel, e que significa aumentar a concorrência entre as empresas com o objetivo de baixar os preços e beneficiar você.

Pela primeira vez na história não admitimos sacrificar o nosso desenvolvimento com o pagamento da dívida externa. Estamos abrindo a nossa economia para, definitivamente, minha gente, colocar o Brasil entre os países do Primeiro Mundo.

Demos passos firmes na direção do entendimento nacional, aprofundando o diálogo com a sociedade brasileira. A maioria compreendeu a nossa proposta de livre negociação. O Governo está sempre atento, e dará à questão salarial o tratamento apropriado.

Agora mesmo, apesar de todas as dificuldades que o País enfrenta, vamos pagar o décimo terceiro salário a todos os aposentados do Brasil. Mas não podemos e não vamos nos esquecer, minha gente, a inflação é um grande inimigo.

Travamos e continuamos a travar um combate sem tréguas contra a inflação. Esse mal, essa doença que há mais de 30 anos contamina a vida nacional.

Conseguimos acabar, é verdade, com o fantasma da hiperinflação, das taxas de mais de 90% ao mês. E se não avançamos mais, foi por fatores fora do nosso controle, e pelo comportamento de uma minoria, que insiste em não acreditar no Brasil.

Nós não podíamos, por exemplo, nem você e nem eu, imaginar a crise do Iraque e a enorme subida dos preços do petróleo. Vejam bem, o Brasil gastava 300 milhões de dólares, por mês, em importação de petróleo. Depois da crise, nós passamos a gastar mais de 600 milhões de dólares por mês. Duas vezes mais. Minha gente, duas vezes mais, num curto espaço de tempo, para comprar a mesma quantidade de petróleo. E o que é que acontece? Isso aumenta o preço dos combustíveis, dos transportes, e acaba se refletindo no preço de todos os produtos.

Nós também não esperávamos que alguns fossem impatrióticos o suficiente para continuar reajustando abusivamente os preços, tendo lucros sem comparação em todo o mundo, como se essa fosse uma maneira de se defender da inflação, quando é, na realidade, no fundo, a causa principal da inflação.

Mas, apesar de tudo isso, todos estão sendo convidados ao diálogo e ao entendimento. Porque o mais importante, minha gente, é o Brasil.

Jamais se disse que seria fácil a travessia que estamos realizando. Não se vencem 30 anos de cultura inflacionária com facilidade. Nem em seis dias, nem em seis meses. É preciso coragem, minha gente, determinação. É preciso também paciência, além, é claro, da participação de todos. A inflação só sobrevive quando se aposta nela, mas o mesmo podemos dizer do fim da inflação. Se todos nós confiarmos nisso, se todos nós acreditarmos nisso, que a inflação vai acabar, é isso que vai

acontecer. O Governo atua e continuará atuando, com firmeza e com prudência. É o que o povo espera do seu governo, e não vou frustrar aqueles que depositaram em mim as suas esperanças. Estamos em pleno trabalho de reconstrução nacional. É como se estivéssemos, minha gente, todos nós, diante de uma casa destruída, e nos uníssemos, em mutirão, para levantar dessas ruínas, uma nova, mais sólida, uma melhor construção. Um faz o traço, o outro traz o cimento, mais alguém assenta um tijolo, e vamos assim trabalhando, lado a lado, do mesmo lado, todos os dias.

«Nesse momento de afirmação nacional, de superação das dificuldades, o que nós precisamos é de entendimento.»

Mas, vocês sabem, existem os que trabalham e existem aqueles que só sabem criticar. Criticam, criticam, criticam, e nada fazem, além de atrapalhar o trabalho dos outros. E o pior é que, geralmente, quem critica, minha gente, quando é chamado, nada sabe fazer. Nesse momento de afirmação nacional, de superação das dificuldades, o que nós precisamos, minha gente, é de entendimento. Precisamos de gente amiga, de gente que colabore, de pessoas que nos ajudem a reconstruir o País. Já chega de adversários gratuitos. Já chega daqueles que simplesmente sabem ser contra, sem perceber que não estão contra nós, contra mim, contra você, mas sim contra o novo Brasil.

O Presidente, como você sabe, não trabalha sozinho. Trabalha e dialoga com os demais poderes, com a Justiça, especialmente com o Congresso Nacional, na busca do consenso, do denominador comum. O Governo trabalha ao lado do povo brasileiro. Eu estou vendo o povo participar, exigir os seus direitos, dizer não aos abusos, recusar a exploração. E tenho a esperança, minha gente, de encontrar naqueles que foram eleitos e nos governadores que você agora elegerá, novos parceiros, solidários e de acordo com o nosso trabalho, com o seu trabalho de

reconstrução nacional. E nisso você pode ajudar, eu tenho certeza que você vai ajudar. Jamais estaremos sozinhos, porque a nossa luta é a mesma luta, porque temos um ideal comum: o de juntos, firmes, unidos, seguir construindo o Brasil novo, o país da modernidade, da eficiência, solidário no esforço pela paz mundial. Esta é a nossa caminhada, e nesta caminhada não seremos derrotados, porque é através dela, com a ajuda de Deus, que seremos, minha gente, todos vencedores. Boa-noite e muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em cadeia nacional de rádio e televisão,
no dia 21 de novembro de 1990.*

Entrevista à Jornalista Ana Paula Padrão, da Rede Globo de Televisão, em 26 de Novembro de 1990

Jornalista: Presidente, como o senhor analisa o resultado do segundo turno das eleições nos estados?

Presidente: A população foi chamada a votar. Participou, democraticamente, desse processo de consolidação de nossa democracia, que já se mostra madura e inteiramente imune a qualquer tipo de sobressaltos. Mas temos que fazer uma referência ao grande número de votos em branco e nulos e às abstenções; como Presidente da República não posso deixar de fazer um novo apelo a toda a sociedade, para que utilize o seu voto como o grande instrumento de mudança, de transformações para a sociedade. Não votar, ou anular o voto, não é exatamente uma posição coerente com a nossa cidadania. O cidadão deve ter a consciência de que num sistema democrático o voto pode delinear o futuro que se deseja para o país.

Jornalista: O senhor acredita, Presidente, que o eleitor quer dar algum recado com esses votos brancos e nulos?

Presidente: Os votos brancos e nulos não deixam de atestar uma certa apatia do eleitorado, uma certa inconformidade com o ce-

nário político, de modo geral. Mas não será pela ausência ou pela omissão que estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento das nossas instituições e o fortalecimento do processo democrático. Trata-se, sem dúvida, de um recado, temos que reconhecer, mas é o tipo de recado que não fica bem dado. É muito melhor comparecer à cabine eleitoral e exercer o seu direito, exercer a cidadania em sua plenitude, votando em algum candidato, porque é assim que estaremos forjando esse sistema que desejamos seja perene aqui no Brasil.

Congresso e Estados

Jornalista: Agora que o senhor já tem um quadro formado, completo, da mudança no Congresso Nacional e nos estados, mudará alguma coisa em seu governo?

Presidente: O que é fundamental é verificarmos que agora ficou constituído o quadro para os próximos quatro anos, a nível federal e de governos estaduais no País. Hoje, como Presidente da República, sei que irei governar com o Congresso que tomará posse no dia 1º de fevereiro. Sei que terei como companheiros de governo aqueles que foram eleitos para a chefia dos Executivos estaduais. Isso, naturalmente, nos dá melhores condições para armar um conjunto de ações, ações solidárias, que nos permitam trabalhar pelo futuro de nosso País de uma forma conseqüente e positiva. Temos a responsabilidade de legislar — aqueles que estão no Congresso — e de executar as medidas administrativas, nós que estamos no Executivo, para rapidamente promover o desenvolvimento econômico, a justiça social e uma melhor distribuição de renda em nosso País.

Ministério

Jornalista: Com base no resultado das eleições, o senhor pensaria em alguma mudança na equipe de governo, uma reforma ministerial?

Presidente: Não há essa previsão. As questões de governo estão sendo resolvidas de uma forma satisfatória diante das tamanhas dificuldades surgidas, percalços que nenhum de nós poderia antecipar, trazidos pela crise no Golfo Pérsico, pela queda dos preços de produtos como a soja e a laranja nos mercados internacionais, com as continuadas dificuldades no âmbito do comércio internacional, do GATT, que impedem a colocação de produtos primários nos mercados desenvolvidos.

O fundamental é que tenhamos a consciência — recordando o que eu dizia na época da campanha eleitoral — de que o Presidente não pode governar sozinho, nem com o seu partido, nem com um grupo de partidos; tem de governar com toda a sociedade. E isso mais do que nunca se mostra verdadeiro. Não cabe apenas ao Presidente da República a solução de todos os problemas, ao mesmo tempo. Cabe, sim, à sociedade brasileira, sobretudo à classe política hoje eleita, fazer um esforço de solidariedade, para que através do entendimento nacional possamos encontrar as soluções convenientes e cabíveis para superar as dificuldades por que passa o País.

Jornalista: Definido esse quadro político, o senhor acha que ficará mais fácil tecer esse entendimento que o Governo tanto deseja?

Presidente: Sem dúvida alguma, acho que facilita. O Governo tomou posse em março, logo aplicou um programa de ajuste econômico e em seguida tivemos um período eleitoral. Nesse período, sofremos essa surpresa, extremamente desagradável, do aumento extraordinário do preço do barril do petróleo, que implica num maior gasto de recursos do Tesouro Nacional e de divisas. Acho que chegamos agora a um momento de maior tranquilidade, de dizer: «Bom, tudo isso já passou e está na hora de trabalharmos juntos, de nos aglutinarmos». Tudo isso faz com que o ano de 1991 nos traga entusiasmo, por sabermos que não estaremos trabalhando sozinhos no nosso projeto nacional, e, sim, que contamos com a participação de toda a sociedade brasileira. Por isso, vejo que o entendimento nacional, que prego

há tanto tempo, poderá, finalmente, chegar a um consenso de opiniões, habilitando-nos a superar as dificuldades com que nos defrontamos hoje.

Resultados Eleitorais

Jornalista: Presidente, o senhor vê alguma surpresa nos resultados da eleição?

Presidente: Não chegamos a ser surpreendidos porque os resultados foram os que as pesquisas vinham apontando. E como vocês sabem, acredito muito nesse tipo de pesquisas que, feitas com boa técnica, vêm demonstrando ao longo de tantas eleições um acerto excepcional nas previsões. Tanto é assim que no mesmo dia da eleição, na chamada «boca-de-urna», já se tem, praticamente, os nomes dos eleitos.

Jornalista: Presidente, o senhor se manteve, no primeiro e segundo turnos, afastado do processo eleitoral. Agora que os resultados já estão na mesa, o senhor se sente de alguma forma beneficiado ou prejudicado por esses resultados?

Presidente: Acho que todos nós saímos ganhando. Em qualquer processo eleitoral todos saímos ganhando. No último pronunciamento que fiz à Nação, dizia que desse processo eleitoral não surgiriam derrotados, que todos seríamos vitoriosos. Vitoriosos no sentido de que estamos construindo sobre uma base sólida, absolutamente firme, uma nova sociedade brasileira. E qual é esse base sólida e firme? É a democracia. A cada vez que se realiza uma eleição tranqüila, uma eleição de que todos participam, fica fortalecida a base de nossa sociedade democrática, a partir da qual fica possível construir uma sociedade mais justa,

mais fraterna, mais solidária. São esses o projeto e a tarefa que nos cabem neste momento.

Jornalista: Muito obrigada, Senhor Presidente.

*Entrevista concedida à jornalista Ana Paula
Padrão, da Rede Globo de Televisão, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 26 de novembro de 1990.*

Comemorações do 60.º Aniversário do Ministério do Trabalho e do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor

É com satisfação que, na qualidade de Presidente da República deste grande País, participo desta solenidade comemorativa dos 60 anos de criação do Ministério do Trabalho e do centenário de nascimento de Lindolfo Collor.

Há 60 anos, durante a Presidência do Dr. Getúlio Vargas e sob a inspiração de Lindolfo Collor, criava-se o Ministério do Trabalho, com o objetivo e a meta maiores de libertar o trabalhador brasileiro do jugo da opressão a que estava submetido naqueles tempos.

Desde então, a partir da legislação trabalhista que se implantou, muitos passos foram dados, muitos avanços foram conseguidos e conquistados. Mas muitos outros passos deverão ainda ser dados até que nós, finalmente, possamos completar a obra inspirada em Lindolfo Collor: uma sociedade mais justa, onde o trabalhador brasileiro possa ter uma qualidade de vida condigna, de acordo com os ideais humanistas que nos inspiram a todos.

Coube a mim, como Presidente da República, a honra de ter como meu Ministro do Trabalho e da Previdência Social,

pela primeira vez na nossa história, um líder sindical, um trabalhador forjado nas lutas sindicais, nas lutas por melhores salários e melhores condições de vida para o trabalhador brasileiro. Quando o escolhi, agi em perfeita consonância com o que ditava minha consciência, a despeito de vozes preconceituosas, discordantes, que questionavam a idéia de se ter um líder sindical à frente do Ministério do Trabalho.

«A classe trabalhadora já fez
a sua parte.»

Nomear o Ministro Magri para a Pasta do Trabalho foi a primeira das inúmeras homenagens que eu me decidi prestar à classe trabalhadora.

Quase nove meses nos distanciam da posse, em 15 de março; mais de quatro anos ainda nos afastam do término de meu mandato presidencial. Foi um mandato conquistado pela voz soberana das urnas, no calor de uma campanha eleitoral que despertou inúmeras paixões, mas que se configurou como a afirmação do nosso processo democrático e do nosso fortalecimento como Nação. Estamos vivendo um período de grandes transformações, sobretudo no campo econômico. Essas transformações, essas mudanças só terão razão de ser, contudo, se ao final desta obra, a ser completada na primeira fase de Governo, pudermos fazer desembocar todo o resultado positivo desta luta para melhorar as condições de vida da população brasileira, em especial daquela faixa mais sofrida e necessitada, na qual incluo os trabalhadores de meu País. Meu governo só terá sentido, repito, se pudermos — e o faremos — diminuir a diferença entre aqueles que tudo podem e tudo têm e a imensa maioria dos que nada podem e muito pouco têm além da esperança de ver resgatados os compromissos que assumi em praça pública, nos palanques, nas vielas, nas favelas, nos pequenos municípios e nas grandes cidades, com o povo brasileiro.

Preocupa-me que o mundo atual, ao se ver livre do bipolarismo que nos manietava, o bipolarismo entre o Leste e o Oeste que afetava a construção de uma nova sociedade mundial, consolide um novo tipo, não menos reprovável, de divisão do mundo: o mundo rico e o mundo pobre. Continuamos a verificar, hoje, as dificuldades que têm os países em desenvolvimento de colocar seus produtos em outros mercados, mercê do extremo protecionismo que instila a vontade desses megabloços que surgem na nova conformação geopolítica do mundo.

Ao mesmo tempo, a falta de acesso às novas formas de conhecimento, à ciência e à tecnologia, separa os países também em dois grupos. A ciência não pode ser o patrimônio de uns poucos, ela deve ser percebida como um patrimônio da humanidade. Defrontamo-nos, os países em desenvolvimento, com um outro grave problema, que é o representado pelo peso da dívida externa sobre nossas economias. Caso não encontremos soluções adequadas para essas dificuldades que enumerei, a paz não se afigurará duradoura nessa última década que nos separa do terceiro milênio, um período que imaginávamos de prosperidade. A paz não pode conviver com as enormes injustiças que ainda são cometidas pelos países mais desenvolvidos em relação aos países que aspiram patamares mais elevados de desenvolvimento.

Aqui no Brasil convivemos com um exemplo mais ou menos parecido. De um lado, temos aqueles que durante longos anos detiveram privilégios, muitos dos quais conseguidos à sombra do poder, derivados da interação incestuosa entre a iniciativa privada e o Estado brasileiro; privilégios esses que meu governo, o primeiro democraticamente eleito no Brasil em quase trinta anos, considera inadmissíveis. De outro lado, o resto da sociedade, a classe trabalhadora que já fez a sua parte.

Os privilegiados devem pensar um pouco no futuro da Pátria e aceitar abrir mão de posições conquistadas no passado, devem aceitar dividir os sacrifícios. Aqueles que outrora viveram dos privilégios do Estado devem entender — e já estão sendo obrigados a isso pela ação do Governo — que é chegado o momento da conciliação, da busca do consenso. Desses, espera-se que dêem uma demonstração inequívoca de que estão dispos-

tos a participar do grande entendimento que estamos promovendo com a sociedade brasileira, de que estão dispostos a um mínimo de sacrifício, para que possamos reconstruir o nosso País, fazendo do Brasil uma nação mais solidária, mais fraterna e, sobretudo, socialmente mais justa, como inspirou em todos os momentos a caminhada de Lindolfo Collor.

Parabéns ao Ministro Magri pelo 60º aniversário de fundação do Ministério do Trabalho. Parabéns a todos aqueles que acompanharam de perto a vida de Lindolfo Collor, pelo centenário de seu nascimento; Lindolfo Collor, cujo exemplo ainda se espalha entre nós nesse final de século. Parabéns a todos nós, brasileiros, porque sabemos que o Brasil hoje é outro, é um Brasil que haverá de confirmar, num futuro muito próximo, as esperanças que temos quanto a seu destino. Devemos manter inabalável a confiança que nos une, deixando de lado questiúnculas políticas e ideológicas, deixando um pouco de lado a busca sôfrega e incessante do lucro, para, dando atenção ao aspecto social a que se referia Lindolfo Collor, estabelecermos as bases para a construção dessa sociedade a que me referi há pouco: mais justa, mais fraterna, mais solidária.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
nas comemorações do 60º aniversário do
Ministério do Trabalho e do centenário de
nascimento de Lindolfo Collor, em Brasília, DF,
no dia 26 de novembro de 1990.*

Entrevista ao Jornalista
Robert Graham,
do Jornal *Financial Times*,
em 27 de Novembro de 1990

Jornalista: Bom-dia, Senhor Presidente. A reforma administrativa e a privatização de empresas estatais são dois pontos importantes do Plano de estabilização econômica. O senhor estaria encontrando resistências para cumprir esses objetivos?

Presidente: Segundo os dados mais recentes de que disponho, já foram afastados este ano 220.511 funcionários públicos. Esses dados, que pareceriam inimagináveis, indicam que nossos objetivos vêm sendo plenamente atingidos na área da reforma administrativa. E ela vai continuar, não pararemos por aí. Quanto ao processo de privatização, também prossegue bem. Só que nesse caso temos que tomar todos os cuidados para que tenhamos um processo absolutamente transparente, sob o controle da sociedade. Por tratar-se da alienação de patrimônio público, se não cercássemos essas operações com cuidados excepcionais, ficariam abertas margens para interpretações errôneas. Nove meses é um período muito curto para a privatização de todas as companhias que imaginamos. A propósito, vale lembrar que o processo de privatização levado a cabo pela Sra. Thatcher, na In-

glaterra, deu-se ao longo de quatro ou cinco anos. O mesmo aconteceu em Portugal, onde o processo de privatização em marcha só agora, depois de dois anos e meio, logrou a primeira alienação.

Mas o objetivo primeiro do Governo é reduzir a inflação a níveis de cerca de 3% num prazo de 18 meses. No início do Governo e antes do episódio do Iraque, tínhamos motivos para acreditar que essa meta poderia ser antecipada. Infelizmente, com os acontecimentos no Golfo Pérsico essa perspectiva de antecipação parece difícil de se realizar. De nossa parte, continuaremos trabalhando firmemente com esse propósito, embora tenhamos de superar as dificuldades adicionais que nos foram trazidas pelos acontecimentos no Golfo e outros, que nos afetaram negativamente, como as quedas substanciais apresentadas pela soja e pelo suco de laranja nos mercados internacionais. Não posso, também, deixar de me referir às nossas preocupações em relação à atual rodada de negociações do GATT, de onde partem sinais de um protecionismo exacerbado, em detrimento de países como o nosso, que abrem suas fronteiras comerciais.

Nível de Atividade Econômica

Jornalista: Como o senhor pretende compatibilizar o seu programa econômico com os objetivos sociais que prega? Muitas empresas estão pedindo concordata e empregados estão sendo demitidos. Não há uma contradição nessas posições?

Presidente: Não. O que temos é que conciliar a aplicação do programa econômico com o menor custo social possível. Ninguém gosta de recessão, ninguém a quer, ninguém a planeja. Mas, qualquer programa de estabilização, em qualquer lugar do mundo, leva a uma redução da atividade econômica, período no qual os agentes econômicos têm que se acomodar a uma nova realidade. A nós, Governo, nos cabe fazer com que essa acomodação se dê com os menores custos sociais possíveis.

Quanto à recente onda de concordatas que tivemos no mês passado, sabemos que muitos casos foram devidos a dificuldades reais das empresas; mas muitos outros foram solicitados como um artifício eticamente reprovável, um meio que alguns empresários encontram para ganhar mais dinheiro. Ou seja, se endividavam, sabendo que os juros estavam altos pelo aperto monetário, e depois pediam concordata, sabendo que a regulamentação — que agora mudamos — os favorecia com juros subsidiados e ausência de correção monetária. O que temos, então, é que daquelas concordatas solicitadas, a maioria foi solicitada de uma forma pouco ética, que não podemos aceitar.

Moralidade Administrativa

Jornalista: O senhor já eliminou a corrupção do Governo?

Presidente: Hoje mesmo assinei a demissão de mais três funcionários públicos envolvidos em atos de improbidade administrativa. Até agora, nesses oito meses de governo, mais de vinte funcionários já foram afastados pela mesma razão. O Governo tem um compromisso muito sério com a questão da moralidade administrativa. Precisamos estar sempre muito atentos e sempre dar curso a qualquer tipo de denúncia, de insinuação mesmo, que se faça sobre a questão da moralidade administrativa.

Relações Brasil-EUA

Jornalista: O que o senhor espera da visita do Presidente Bush?

Presidente: Nós temos três pontos que fundamentalmente nos preocupam e que eu poderia vir a colocar, uma vez mais, para o Presidente Bush, assim como tenho colocado a outros visitantes estrangeiros. Temos, em primeiro lugar, essa nova confor-

mação geopolítica do mundo, a formação desses megabloco que parecem tender à formação de mercados extremamente protegidos, mercados fechados ao acesso dos produtos dos países em desenvolvimento. O segundo ponto seria a questão do acesso à tecnologia, a necessidade de vencer a resistência dos detentores de tecnologia em transferi-la a países que, como o nosso, querem diminuir sua ineficiência. Em terceiro lugar, a questão da dívida externa, que tem peso significativo sobre a economia dos países em desenvolvimento.

Consideramos muito interessante a chamada «Iniciativa para as Américas», proposta pelo Presidente Bush, porque aborda questões como essas que enumerei: a questão da dívida, a questão do comércio e a questão dos investimentos. Na prática, isso significa que há pontos de convergência entre o que prega o presidente norte-americano e aquelas prioridades dos países em desenvolvimento. Fica faltando, na iniciativa Bush, apenas um desses pontos que elejemos como prioritários, que é o acesso a novas tecnologias. E esse deverá ser um tema que abordaremos em nossa conversa com o presidente norte-americano.

O Exercício da Presidência

Jornalista: Como o senhor se sente como Presidente do Brasil, um país de tão vastas dimensões e tão vastos problemas?

Presidente: Há alguns dias, recordavam alguns jornalistas brasileiros, que os últimos presidentes que tivemos reclamavam muito do exercício de governar: o fardo era pesado, não haviam pedido para ser Presidente, que estavam ali por obrigação; outro contava os dias para sair da Presidência; o outro caía doente, ficava deprimido. Perguntaram-me, então, como eu me sentia, se tinha algum tipo de problema. Respondi-lhes que não, que gosto muito de ser Presidente da República. Exerço a função com grande prazer, com uma satisfação pessoal muito grande. Primeiro, porque cheguei à Presidência da República sem ne-

num tipo de compromisso, a não ser o que eu mesmo declarei em praça pública. Tive contra mim, nessa campanha, muitos setores importantes da sociedade brasileira. Venho de um estado pequeno, com pouca expressão política, e me elegeram Presidente aos 40 anos de idade, o mais jovem que o País já teve. Então, não posso reclamar de nada. O que todo dia faço é agradecer a Deus por me ter dado a oportunidade de poder presidir o Brasil num momento internacionalmente tão importante, quando grandes transformações abrem novos cenários. Agradeço a Deus e reúno energia para levar adiante o programa econômico que estabelecemos. Às vezes as pessoas confundem, qualificam-me de autoritário, de imperial. Não se trata disso. O que há é que tenho a consciência de que as metas devem ser atingidas, que não se pode ficar parado no meio do caminho.

*Entrevista concedida ao jornalista Robert
Graham, do jornal Financial Times, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 27 de novembro de 1990.*

Reunião de Foz do Iguaçu

*Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Saul Menem,
Presidente da nação argentina,*

*Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado e
Secretários de Governo,*

*Excelentíssimos Senhores membros da comitiva
presidencial argentina,*

*Excelentíssimos Senhores Diretor-Geral da Agência
Internacional de Energia Atômica e Secretário-Geral da
Organização para Prescrição das Armas Nucleares na
América Latina,*

Excelentíssimas autoridades civis e militares,

Minhas Senhoras e meus Senhores

A declaração que acabamos de firmar merece, como poucas, ser qualificada de histórica. Inicia uma nova fase nas relações bilaterais no domínio nuclear, abre negociações conjuntas com a Agência Internacional para Energia Atômica, e aponta para a implementação plena do Tratado de Tlatelolco.

Nossos entendimentos de hoje interessam, portanto, não apenas primariamente a nossos próprios povos, mas também aos povos da América Latina e de outras regiões. Prova deste interesse é a presença hoje, como nossos convidados e testemunhas, do Doutor Stempel Paris, Secretário-Geral do Organismo

para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, e do Professor Hans Blix, Diretor-Geral da Agência Internacional para a Energia Atômica, das Nações Unidas.

Com este documento, damos o passo conclusivo para a completa superação de qualquer veleidade de competição entre nossos países no campo nuclear. Ele vem coroar o processo que começou com a declaração conjunta sobre política nuclear de 1985, firmada nesta mesma cidade.

A impressionante velocidade das transformações no cenário internacional não tomou o Brasil e a Argentina de surpresa. Já vínhamos, por meio das declarações conjuntas sobre política nuclear firmadas, após Iguazu, em Brasília, Viedma, Iperó e Ezeiza, e no quadro de visitas presidenciais e missões técnicas recíprocas, aumentando nossa cooperação, favorecendo a complementação de nossos programas e fortalecendo a transparência de nossas intenções. Vínhamos preparando, em suma, este momento de notável coincidência de propósitos que nos irmanam neste instante.

«A consolidação de um destino comum
entre Argentina e Brasil contribui
para fortalecer a democracia
em nossos países.»

Nesta hora em que o mundo aplaude a paz duramente alcançada na Europa, após duas conflagrações mundiais e longos anos de guerra fria, nossos dois países orgulham-se de concluir precocemente seu processo de abertura e confiança mútuas no campo nuclear. Sem terem vivido o aprendizado cruel dos conflitos ou a esterilidade da competição militar, nossos povos mostraram-se sabedores de que a ciência e a técnica servem melhor à paz do que à guerra.

Restaurada a democracia, estamos dedicados exclusivamente àqueles ideais dignos de países modernos e civilizados: o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a preservação do

meio ambiente, a promoção da paz mundial, a prosperidade e a felicidade de nossa gente.

Como disse em Buenos Aires em julho deste ano, a consolidação de um destino comum entre Argentina e Brasil contribui para fortalecer a democracia em nossos países e para assegurar a paz continental.

Senhor Presidente e querido amigo Carlos Saul Menem,

As iniciativas acordadas hoje no âmbito bilateral são absolutamente inovadoras. Aprovamos um sistema comum de contabilidade e controle, que será logo implementado e aplicado a todas as atividades nucleares de ambos os países, inclusive as de enriquecimento e reprocessamento. Trocaremos, nos próximos 45 dias, informações sobre todas as instalações e materiais nucleares existentes na Argentina e no Brasil. Procederemos, enfim, às primeiras inspeções recíprocas nos sistemas centralizados de registro. Essas iniciativas garantem total transparência e visibilidade mútua de nossos programas nucleares aos olhos dos nossos povos, aos olhos das sociedades argentina e brasileira.

Projetando nosso diálogo para o âmbito internacional, tomamos a decisão de negociar conjuntamente com a Agência Internacional para a Energia Atômica um acordo de salvaguardas que incorpore os ajustes próprios do sistema comum de contabilidade e controle.

«Falamos hoje, Brasil e Argentina,
em absoluta sintonia.»

A disposição brasileiro-argentina de buscar nova modalidade de cooperação com a Agência Internacional abre uma era, desimpedindo os fluxos internacionais, de intercâmbio científico e tecnológico.

Registro ainda, com grande satisfação, o nosso acordo de princípios para que, formalizado o acordo de salvaguardas com a Agência Internacional para a Energia Atômica, caminhemos

no sentido de implementar nos dois países o Tratado de Tlatelolco, fato que sem dúvida coroará esse processo singularmente bem-sucedido, de aproximação entre as duas grandes Repúblicas.

Esta série de passos dados, de comum acordo e a um só tempo, consolida entendimento cuja exemplaridade sublinho com muito orgulho. No mundo em desenvolvimento, Argentina e Brasil estão entre os países que mais avançaram no domínio da tecnologia nuclear para fins pacíficos. Esta condição nos ameaçou, vez por outra, com restrições infundadas, mas nem por isso menos eficazes em nos inflingir danos morais e econômicos.

Ao assinarmos esta declaração, comprometendo-nos a articular elenco inédito de medidas bilaterais, de propostas voltadas para o âmbito coletivo, fazemos de nossos países um modelo de cooperação, integração, confiança mútua e entendimento para todos os outros. Poucas nações, mesmo as do mundo desenvolvido, têm com seus vizinhos o grau de transparência e colaboração que aqui alcançamos. Falamos hoje, Brasil e Argentina, em absoluta sintonia, o que nos garante maior respeito e maior capacidade de convencimento.

As garantias, que nos damos mutuamente, são para nós o fundamento último de quaisquer outras garantias internacionais. Sabemos, e gostaríamos que outros aprendessem a mesma lição, que a cooperação gera confiança, a integração consolida a segurança. A busca solidária do progresso é a certeza da paz. Nossos povos superaram assim, por sua vontade democrática, quaisquer tipos de desconfianças. Comprovamos, uma vez mais, nossa vocação pacífica, aproximando-nos, em passo firme e acelerado, do grande destino que está reservado à nação argentina e à República Federativa do Brasil. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a Reunião de Foz do Iguaçu,
em Foz do Iguaçu, Paraná,
no dia 28 de novembro de 1990.*

Solenidade de Diplomação da Turma de 1990 da Escola de Comando de Estado-Maior do Exército

Venho aqui esta noite para manifestar-lhes pessoalmente o alto significado que atribuo aos trabalhos que realizam nesta escola tanto os que aqui ensinam como os que aqui vêm em busca de aprendizado e aperfeiçoamento. Nestas salas se dá um passo decisivo na carreira do oficial do Exército. Aqui se preparam os futuros comandantes da Força. Neste último degrau da formação profissional do Exército é dada a capacitação necessária ao desempenho como assessor de alto nível e como chefe militar.

Na Escola de Comando de Estado-Maior do Exército temos uma indicação a mais da opção de nossas Forças Armadas pelo critério do mérito no preenchimento dos mais altos escalões na carreira de oficial. Essa opção, consolidada ao longo dos anos, garante as altas qualidades do militar brasileiro. O fato de esta escola existir há 85 anos é demonstração clara de que as Forças Armadas brasileiras escolheram em hora oportuna o caminho certo da valorização e da formação dos brasileiros que dedicam a vida à defesa do País.

O momento da história mundial que vivemos hoje traz uma forte promessa de paz, embora não nos tenha afastado do es-

pectro da instabilidade e da violência. À medida em que se dilui o bipolarismo ideológico e estratégico entre o Leste e o Oeste, aumenta a ameaça do estabelecimento de um novo bipolarismo que separa os países ricos, de um lado, e os países pobres de outro. Não é por essa via que chegaremos à paz para todos os homens. Só alcançaremos tal objetivo se encontrarmos maneira de fazer com que os progressos da economia e da ciência sejam distribuídos equitativamente pela comunidade global.

«O País atravessa um período em que as mudanças para melhor requerem dedicação e sacrifício.»

O Brasil tem um compromisso histórico com o diálogo, com a cooperação e com o encaminhamento pacífico das controvérsias. A presença de mais de 10 oficiais de nações amigas nesta escola revela nossa disposição para a colaboração internacional nas mais diversas áreas, inclusive na formação técnica e cultural de nossos militares. Essa presença, ao confirmar nossa adesão irrestrita à causa da transparência interna e externa, confirma também a nossa opção definitiva pela democracia e pelo respeito permanente à vontade soberana do povo brasileiro.

Aos oficiais da turma de 1990, minhas felicitações pela conclusão de um curso que exige muito em termos de habilitação profissional prévia e de esforço pessoal ao longo de seu desenrolar.

O País atravessa um período em que as mudanças para melhor requerem dedicação e sacrifício. Os servidores públicos, civis e militares, temos de dar um exemplo de abnegação e sensibilidade. É normal que a nossa cota de esforço seja maior, foi esse o ânimo, afinal, com que nos engajamos na tarefa nobre de servir à sociedade brasileira.

Deixo-lhes, como palavra de incentivo, a minha certeza de que terão a oportunidade de tomar parte na construção de um

Brasil verdadeiramente novo, de um país em que os cidadãos possam sentir-se seguros nos mais diversos sentidos, seguros de que terão seus direitos humanos respeitados, seguros de que caminhamos para o desenvolvimento com justiça social, seguros de que terão a chance de realizarem suas vocações pessoais e de que o Brasil será capaz de demonstrar na prática, no plano das relações internacionais, a sua vocação de construtor da paz e do progresso.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de diplomação da turma
de 1990 da Escola de Comando de
Estado-Maior do Exército,
no dia 28 de novembro de 1990.*

Inauguração da Avenida da Amizade, em Tabatinga, Amazonas

Tabatinguenses,

Chego hoje a Tabatinga na condição de Presidente da República, eleito pelo voto de 35 milhões de brasileiros que me entregaram a missão de reconstruir a nossa Nação, de defender o nosso País, para dizer, em alto e bom som, que a Amazônia, além de ser nossa, haverá de ser uma região da qual se orgulhem todos os amazônidas de nossa Pátria. Não tenho de cabeça, agora, o número de vezes que já vim à região depois de eleito Presidente, mas posso afirmar, sem dúvida alguma, que foi a região amazônica a que mais visitei desde que cheguei ao Palácio do Planalto pela vontade e pelo desejo de vocês de Tabatinga.

Venho aqui, à capital do Alto Solimões, não para fazer uma inauguração, porque esta pista foi construída por aquele que me antecedeu; fico contente por vê-la já pronta e servindo para o tráfego de veículos e de todos vocês, sem que haja no inverno a dificuldade de locomoção. Venho aqui, sim, para verificar de perto as necessidades que têm. Venho aqui não para prometer, não para jogar conversa fora; venho para ouvir de seu líder político, o nosso prefeito, as reivindicações que ele julga importantes para levar Tabatinga para adiante.

«Deus não dá um fardo maior do que
aquele que a gente pode carregar.»

Não me esqueço da vitória que aqui vocês me concederam, no primeiro e no segundo turnos. Não me esqueço e não me esquecerei. O prefeito, que aqui está ao lado do governador do Amazonas, acaba de desfiar um rosário de solicitações. Ouvi atentamente o que ele pediu: o problema da água, o problema do saneamento e o problema da segunda pista da Avenida da Amizade — uma outra questão, a da energia, é um pouco mais complicada e não posso prometer nada a vocês. Mas, quanto a esses três problemas que acabo de citar, ratificando as palavras do prefeito, basta que ele, em companhia do governador, me leve os projetos que liberarei imediatamente os recursos para essas obras.

Eu desejo que Tabatinga, além de capital do Alto Solimões, se transforme na princesa da fronteira brasileira. Para isso temos que vestir esta cidade, dando-lhe condições de saúde, de educação, de saneamento e de conveniente abastecimento de água, para que a população possa se orgulhar de sua cidade.

Minha gente amiga de Tabatinga,

Dentro de mais alguns dias estarei completando nove meses de governo. É o tempo de uma gestação, é o tempo que Nosso Senhor lá no céu deu às nossas mães, à mulher brasileira, para gerar no ventre o seu filho, um brasileiro patriota, um brasileiro que vai trabalhar pelo engrandecimento da Pátria.

Quero que esses nove meses marquem o nascimento definitivo do compromisso do Presidente da República e de seu governo, de defender os interesses da imensa maioria do povo brasileiro. É o nosso compromisso firme, indelével e perene com a população do nosso Brasil. Temos muitos problemas, muitas dificuldades pela frente, mas costumo dizer que Deus não nos dá um fardo maior do que aquele que a gente possa carregar. Se Ele coloca dificuldades diante de nós, é para testar a nossa capacidade de resolvê-las.

«Quero reafirmar minha confiança
nas Forças Armadas brasileiras.»

Carrego dentro de mim, além do amor ao meu País e ao meu povo, uma fé enorme de que Deus estará do nosso lado, para nos dar forças em nossa caminhada. Estamos governando, como vocês sabem, para a imensa maioria da nossa gente. Não podemos ter compromissos com grupos, com os poderosos, com ninguém que já tenha exaurido o Estado brasileiro de sua força vital necessária ao seu desenvolvimento. O meu compromisso continua sendo, como desde o início da caminhada histórica de 1989, com os pés-descalços, com os descamisados, com aqueles que necessitam do apoio do Governo para poder realizar os seus desejos e, sobretudo, os seus sonhos.

É por isso, minha gente, que fico muito feliz de voltar aqui ao Amazonas e entrar em Tabatinga, onde, rigorosamente, começa o Brasil. Venho aqui com meu coração cheio de amizade, cheio de gratidão e de esperança, confiante de que poderei voltar em breve, para poder inaugurar com vocês, aí sim, as obras do Governo do Brasil Novo.

Não poderia me despedir de vocês se não fizesse referência ao excepcional trabalho, ao dedicado trabalho que vem sendo feito nessa região pelas nossas Forças Armadas e, em especial, pelo Exército brasileiro. Verifiquei pessoalmente, com meus próprios olhos, porque sou meio São Tomé que só acredita no que vê, o trabalho que o Exército vem fazendo na defesa da Amazônia, na defesa de vocês.

Aí está o Primeiro Batalhão de Fronteiras. Lá, eu vi crianças e jovens dando os primeiros passos rumo à sua profissionalização. Lá, eu vi professoras dedicadas trabalhando duramente, firmemente, para formar e construir a personalidade daqueles que, em futuro muito próximo, dirigirão os destinos do nosso País, os destinos de Tabatinga. Vi, *in loco*, o trabalho que vem sendo feito ao longo desses quase mil quilômetros de fronteiras que estão sob a responsabilidade deste primeiro batalhão.

Quero, aqui, reafirmar a minha confiança nas Forças Armadas brasileiras; reafirmar minha confiança em seu espírito cada vez mais agudo de servir à Pátria e de serem profissionais da arma; reafirmar, minha gente, o que muita gente talvez não tenha se dado conta, que esses nossos jovens, nesses batalhões de fronteira, estão longe de suas famílias, longe de suas esposas, noivas e namoradas, isolados no meio da selva. E eles são brasileiros que estão trabalhando para garantir a nossa soberania e, mais do que isso, além de sentinelas da fronteira, eles são sentinelas do verde, porque defendem a nossa Amazônia e o nosso meio ambiente.

Saio daqui absolutamente convicto de que conto com a ajuda e com o apoio de vocês para, juntos, lado a lado, ombro a ombro, construirmos uma corrente de união para recuperar o nosso Brasil e fazer da nossa pátria o grande país que pretendemos.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na inauguração da Avenida da Amizade,
em Tabatinga, Amazonas,
no dia 30 de novembro de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia
2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado
3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador
4. Crianças, o Desafio Maior
5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira
6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida
7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro
8. O Brasil e a Nova Estrutura Internacional
9. O Governo Kubitschek e a Industrialização Brasileira
10. Brasil e Portugal: Parceiros na História e Sócios no Projeto do Futuro
11. O Governo e a Competitividade da Indústria Nacional

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“O livre funcionamento das forças de mercado não é suficiente para que a indústria nacional se torne competitiva. É necessária a atuação do Governo promovendo e incentivando a busca da qualidade, da produtividade e da capacidade de inovação.”

Presidente Fernando Collor

